



ECOMUN para reterritorialização dos ex-combatentes das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia - FARC - EP

ECOMUN por la reterritorialización de los excombatientes de las Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia – FARC – EP

Maria Rosana da Costa Oliveira¹

Claudio Ubiratan Gonçalves² 

Resumo

Este artigo³ tem como objetivo avaliar a importância da organização coletiva Economias Sociais do Comum (ECOMUN) para o processo de reterritorialização dos ex-combatentes das FARC-EP na Colômbia. A ECOMUN, originada do acordo de paz firmado em 2016 entre as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC-EP) e governo do Presidente Manuel Santos, tem como um dos seus objetivos promover a reterritorialização dos ex-combatentes por meio de suas cooperativas e associações. Há um esforço coletivo para resgatar e fortalecer o tecido social nos territórios, desenvolver atividades produtivas e impulsionar a economia, beneficiando não apenas os ex-combatentes, mas também as comunidades mais impactadas pelo conflito armado. Baseada nos princípios da Economia Solidária como: autogestão, respeito a natureza, cooperação, solidariedade, comércio justo, outros, a ECOMUN tem desenvolvido atividades nos setores agrícolas e de serviços. A atuação desta organização é um desafio diante do não cumprimento de pontos essenciais do Acordo de Paz, dentre eles, o acesso à terra, a água, o apoio técnico e principalmente a segurança, questões que limitam o fortalecimento econômico e social das cooperativas. Reconhecemos a atuação da ECOMUN enquanto esforço coletivo para a manutenção e reprodução das famílias no campo colombiano. No entanto, a violência e a concentração da terra e dos seus bens comuns (água, ar, subsolo) voltados para o agronegócio e para especulação estrangeira ainda é uma realidade presente na Colômbia. Por isso os/as ex-combatentes continuam lutando e resistindo com os pés nos territórios.

Palavras-chave: campesinato; economia solidária; questão agrária; resistência; território.

¹ Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Licenciada em Geografia pela mesma instituição (2009). Atuou como Professora Substituta no Instituto Federal do Ceará - Campus Tauá. Atualmente integra o Laboratório de Estudos e Pesquisas sobre o Espaço Agrário e o Campesinato (LEPEC) e se dedica ao estudo da Geografia Agrária, atuando principalmente nos seguintes temas: Economia Solidária, Campesinato, Autonomia e Território. E-mail: rosanaoliveira87@gmail.com

² Doutor em Geografia pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Mestre em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Atualmente é professor associado da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e coordena o LEPEC. Também faz parte do Grupo de Trabalho Pensamiento Geográfico Crítico Latinoamericano do Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO). E-mail: claudio.ubiratan@ufpe.br

³ Este artigo resulta de Doutorado-Sanduiche (PDSE) e de diálogos entre os autores realizados nos últimos 6 anos. O estágio aconteceu nos termos do convênio no. 34/2018 entre a Universidade Federal de Pernambuco e a Universidad Externado de Colômbia.

Resumen

Este artículo busca evaluar la importancia de la organización colectiva Economías Sociales del Común (ECOMUN) en el proceso de reterritorialización de los excombatientes de las FARC-EP en Colombia. ECOMUN, surgida del acuerdo de paz de 2016 entre las Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (FARC-EP) y el gobierno del presidente Manuel Santos, tiene como uno de sus objetivos promover la reterritorialización de los excombatientes a través de sus cooperativas y asociaciones. Existe un esfuerzo colectivo para rescatar y fortalecer el tejido social en los territorios, desarrollar actividades productivas e impulsar la economía, beneficiando no solo a los excombatientes sino también a las comunidades más impactadas por el conflicto armado. Basada en los principios de la Economía Solidaria como: autogestión, respeto por la naturaleza, cooperación, solidaridad, comercio justo, etc, ECOMUN ha desarrollado actividades en los sectores agrícola y de servicios. El trabajo de esta organización representa un desafío dado el incumplimiento de puntos esenciales del Acuerdo de Paz, como el acceso a la tierra, el agua, el apoyo técnico y, especialmente, la seguridad, problemas que limitan el fortalecimiento económico y social de las cooperativas. Reconocemos el trabajo de ECOMUN como un esfuerzo colectivo para apoyar a las familias en las zonas rurales de Colombia. Sin embargo, la violencia y la concentración de la tierra y sus bienes comunes (agua, aire, subsuelo) para la agroindustria y la especulación extranjera siguen siendo una realidad en Colombia. Por ello, los excombatientes continúan luchando y resistiendo, manteniéndose firmes en sus territorios.

Palabras clave: campesinado; cuestión agraria; economía solidaria; resistencia; territorio.

Introdução

No processo de expansão do capitalismo no campo, a violenta ação do Estado e das elites regionais colombianas sob a égide da acumulação, têm sistematicamente submetido os povos a um contexto de violência, saques, pilhagem de terra e por conseguinte do território. As leis agrárias do século XX foram ineficazes na melhoria e equilíbrio da estrutura da propriedade, pois provocaram apenas a alta desigualdade existente.

De acordo com Rojas e Camacho (1974):

El censo agropecuario de 1960 había mostrado que el 10 por ciento de los propietarios tenía el 81 por ciento de las tierras, mientras que el 50 por ciento de ellos se quedaba solo el 2,5 por ciento de la tierra restante. El censo de 1970 mostró que todavía el 10 por ciento de los propietarios seguía con el 80 por ciento de las tierras, y que el 50 por ciento de los propietarios todavía poseía el 2,5% de las mismas. El ingreso de los campesinos no mejoró, con la ley, en el decenio de 1960-1970, al contrario, disminuyó. El número de familias sin tierra creció al ritmo de 50.000 por año, en tal forma que ahora hay mayor desigualdad en la distribución del ingreso rural (Rojas; Camacho, 1974, p.55).

Da concentração de terras resulta a geração de múltiplos conflitos, cujas maiores vítimas foram as comunidades camponesas, indígenas e afrodescendentes. A ausência estatal, a disputa pelo poder historicamente enraizados na cultura bipartidarista entre o Partido Conservador e o Partido Liberal e a repressão aos movimentos camponeses contribuíram para o surgimento de guerrilhas que historicamente tem operado principalmente em territórios de colonização e fronteira com limitada presença estatal.

Nossa intenção é a de refletir e trazer alguns pontos para o primeiro plano da questão que envolvem aspectos recentes da Geografia colombiana no tocante a organização coletiva e os acordos de paz. Em nossa compreensão o campesinato colombiano vem sofrendo significativas transformações na sua composição, forma de produção econômica e na própria reprodução enquanto classe social.

De acordo com Fals Borda (1981), o campesinato, seja de maneira espontânea ou organizada há demonstrado ao longo da história uma grande capacidade de luta e resistência. Na metade do século XX, influenciados pelas ideias comunistas e socialistas, criaram as Ligas Camponesas, organização para exigir melhor pagamento e participação nas colheitas e melhores condições de trabalho. Segundo o mesmo autor, as ligas alcançaram triunfos espetaculares para o campesinato colombiano em sua luta secular contra a exploração capitalista. A elas se deve a derrota do latifúndio em Sumapaz território localizado no extremo sul de Bogotá cujo campesinato se manteve fiel à ideologia revolucionária inicial (Fajardo, 2009). As ligas estavam presentes em territórios como o baixo e médio Sinú, na bacia do Rio Magdalena, em Tolima, Antioquia e Valle onde só a violência das elites regionais destruiria as experiências organizativas em curso.

Diante de qualquer tentativa de organização e resistência camponesa, as elites regionais respaldadas pelo Estado agiam com múltiplas violências com objetivo de conservar a estrutura agrária predominante. Conforme Ospina (2010), o século XX foi marcado pela agudização da violência e a migração forçada da população do campo para as cidades. Ex-membros das ligas camponesas foram perseguidos e obrigados a emigrar. Em resposta, parte destes se armaram e formaram grupos de autodefesa inspirados nas ideologias revolucionárias da Rússia e de Cuba. Tentaram criar territórios independentes contra a violência, injustiça social e concentração de terras promovida pelas elites agrárias. Territórios de Riochiquito (departamento de Cauca), El Pato (departamento de Huila), Guayabero (departamento de Meta), Marquetalia (departamento de Caldas),

Sumapaz na cordilheira oriental e Tequendama (departamento de Cundinamarca) se constituíam espaços ao longo de todo o país para a autodefesa camponesa em resposta à repressão das Forças Armadas (auxiliadas por tropas de contra insurgência e assessoria estadunidense) (Fajardo; Salgado, 2017).

Importante ressaltar a influência do capital estrangeiro no aumento da apropriação de terras e de bens comuns, em detrimento das populações camponesas e pequenos produtores rurais em clara violação de suas formas consuetudinárias de acesso e uso da terra e seus direitos. A esse respeito, Fajardo (2015) no Informe Geral do Grupo de Memória Histórica sinaliza que entre os fatores do conflito destacam-se: a persistência do problema agrário, a propagação do narcotráfico, as influências e pressões do contexto internacional e a fragmentação institucional e territorial do Estado.

Em recente depoimento⁴ sobre os 60 anos da resistência camponesa no bombardeio de Marquetalia, o Senador da República e antigo comandante do bloco ocidental das FARC, Pablo Catatumbo, descreveu as orientações de Pedro Antônio Marín em meio ao conflito. Marín, que posteriormente ficará conhecido como Manuel Marulanda Vélez, comandante por mais de meio século das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – Exército do Povo (FARC EP).

Ele orientou 48 famílias a irem para Marquetalia com um plano para **cultivar a terra e praticar autodefesa**, caso fossem atacadas. Na Marquetalia, viviam em paz, ninguém era dono, a terra era administrada coletivamente. Esta falta de proprietários individuais estava bem articulada com as formas comunais das terras indígenas e de ambas as comunidades – camponeses e indígenas (Catatumbo, 2024).

Destaca-se, a atividade realizada por Marín antes de se tornar o comandante das FARC-EP, foi um comerciante de queijos e de madeira, que testemunhou na metade do século XX o massacre de Ceilán no departamento do Valle del Cauca, onde cerca de 150 pessoas foram assassinadas a mando do Partido Conservador por se tratar de um povoado de maioria liberal. Este fato, o teria motivado a se vincular a guerrilha (Molano, 1994).

Em entrevista, Yezid Arteta, ex-comandante das FARC -EP e atual gestor de paz e membro da equipe negociadora com as dissidências das FARC, relatou que a grande

⁴ De la resistencia campesina 60 años del bombardeo a Marquetalia - Partido Comunes. Disponível em: <https://partidocomunes.com.co/de-la-resistencia-campesina-60-anos-del-bombardeo-a-marquetalia/> . Acesso em: 25 ago. 2023.

porcentagem dos combatentes desta guerrilha era formada por camponeses. De acordo com o atual gestor:

A principal percentagem nas FARC era de jovens, camponeses. Ou seja, um jovem que trabalhava a terra no caso das zonas montanhosas, jovens que colhiam folhas de coca na Amazônia ou na Orinoquia. No caso dos indígenas também, dos cocaleiros, dos trabalhadores agrícolas. A maioria eram jovens que moravam com os pais, que viviam com suas famílias camponesas, então digamos, um dos motivos da indestrutibilidade das FARC era justamente porque tinha um componente camponês, indígena, conhecedor do território, que sabia navegar pelas características dos territórios. Porque eles eram seus territórios (...). Foi isso que deu, digamos, uma certa vantagem operacional aos guerrilheiros das FARC (DÁVILA, Yezid Arteta. [Entrevista cedida a] Maria Rosana da Costa Oliveira. Bogotá, agosto 2018).

Em um contexto de guerra fria e diante do conflito no campo, forças contra insurgentes e os paramilitares - exércitos privados das elites – atuaram em confronto contra as guerrilhas e para apropriação de terras. Estima-se que, nas últimas cinco décadas, mais de sete milhões de pessoas (13% da população) foram forçadas a deixar seus locais de vida e escapar para as cidades, outras regiões e até para outros países (Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados - ACNUR, 2013). De acordo com o ACNUR (2017), a Colômbia enfrenta uma crise humanitária motivada pela violência armada e pelo deslocamento forçado. Esse processo de expulsão ‘despojo’ campocidade, beneficia a concentração de terras nas mãos do capital nacional e internacional, em benefício de paramilitares e guerrilheiros que se apoderaram de terras para a consolidação de vantagens estratégicas, por exemplo, para o plantio, para exportação de drogas e na ampliação de suas zonas de influência, desagregando as comunidades camponesas e causando aprofundamento da desigualdade social.

Além da espoliação, consequência da violência social, há concomitantemente violências sobre a natureza, pois o modelo de produção dominante no país, o Agronegócio, segue o receituário desenvolvido pela Revolução Verde⁵ em 1970, fomentando monoculturas – gado, palma - que provocam desflorestação, utilização intensiva de agrotóxicos, contaminando as águas, os solos e as comunidades.

⁵ Este movimento teve como principais características o vínculo do meio rural junto aos mercados de fabricantes de máquinas, equipamentos e produtos químicos (fertilizantes e pesticidas), cuja produção era na época amplamente dominada pelo capital estrangeiro e, especialmente, por empresas norte-americanas (Oliveira, 2012, p.31).

De acordo com Fajardo (2015), o documento mais subversivo produzido nos últimos anos na Colômbia foi o Censo Nacional Agropecuário de 2014 (Departamento Administrativo Nacional de Estadística – DANE, 2014) o primeiro produzido em 45 anos. A partir deste documento foi possível compreender qual o nível de concentração de terras do país, além de questões como a área produtiva, a pastagem e a pequena área destinada a chamada agricultura familiar camponesa. Estudo desenvolvido pela OXFAM em 2017 revela que a Colômbia ocupa o primeiro lugar em desigualdade na distribuição de terras, seguida por Peru, Chile e Paraguai. No país, 1% dos que possuem maior número de propriedades rurais possui mais de 80% das terras, enquanto os 99% restantes administram menos que os 20% restantes (OXFAM, 2017).

Com o objetivo de que a estrutura agrária colombiana permaneça como está, os grandes donos de terras dentro ou fora da política institucional vem se opondo ao primeiro ponto assinado no Acordo de Paz (Colômbia, 2016). Após 52 anos de conflito as FARC - EP e o governo colombiano decidem encerrar o último conflito armado da América Latina. Para isso, os ex combatentes propõe como primeiro ponto do Acordo, a Reforma Rural Integral (RRI).

Dentre os objetivos desta reforma, destacam-se a necessidade da atualização do cadastro rural, a restituição de terras não havendo domínio particular, a democratização destas com infraestrutura e apoio técnico para a produção e comercialização, a produção de alimentos para a soberania e segurança alimentar colombiana.

A ECOMUN nascerá, portanto, com o objetivo de através de suas cooperativas e associações, reterritorializar os ex combatentes nos territórios historicamente afetados pela guerra e desenvolver junto aos sujeitos sociais como os indígenas, camponeses e afrocolombianos, atividades que recomponham a capacidade organizacional, produtiva e solidária camponesa. Nesse sentido, compreende-se a reterritorialização, como o movimento de reconstrução dos territórios (Deleuze; Guattari, 1997b, p. 224 apud Haesbaert, 2009, p. 127).

Acordo de Paz e o surgimento das Economias Sociales del Comun (ECOMUN)

Apesar da ideologia homogeneizante do capitalismo, que se apresenta como caminho irreversível e unitário, outros tipos de relações econômicas nos convidam

cotidianamente a nos explicar as suas existências e resistências. Não visibilizadas, elas submergem e subvertem a lógica capitalista, tecendo organizações comunitárias com práticas sociais e econômicas movidas por princípios e valores de uma economia que tem centralidade na vida.

A partir do Acordo de Paz firmado em 24 de novembro de 2016, as cooperativas, associações, fundações, outras em Economia Social e Solidária (ESS) passam a ser alternativa de reincorporação dos ex-combatentes no período pós-conflito. Mais que reincorporação, compreendemos que há nesse processo um esforço para reterritorialização dos sujeitos. Reterritorialização entendida como movimento de recomposição de um território engajado num processo desterritorializante (Guattari; Ronilk, 2010).

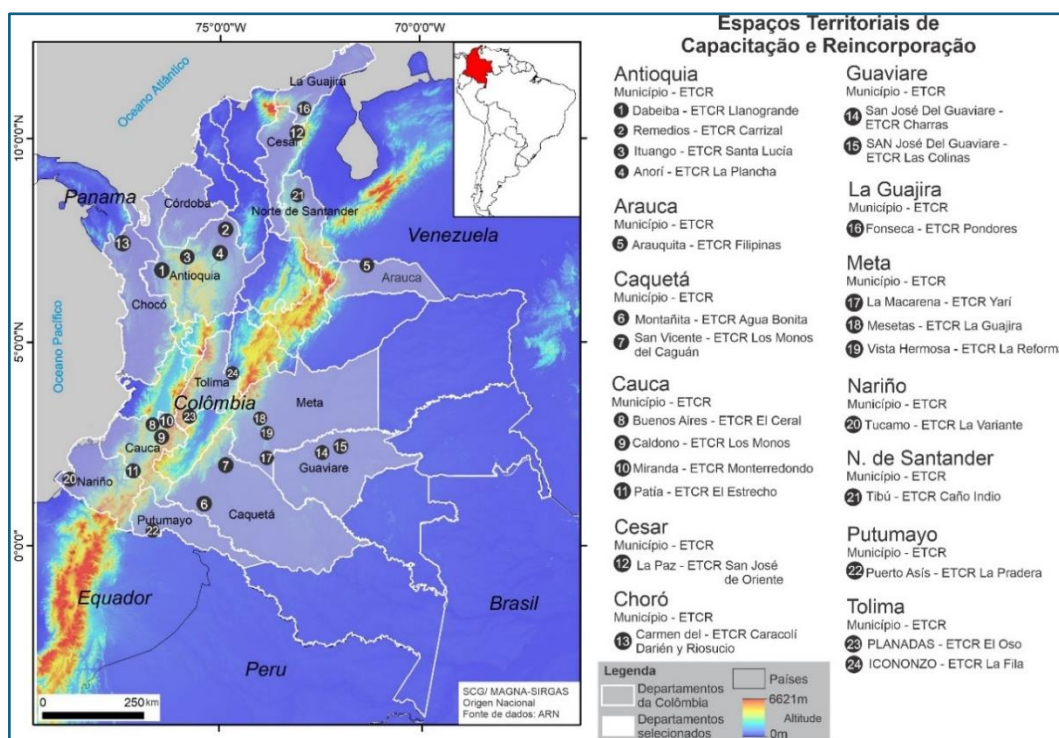
Uma das estratégias utilizadas pelos ex combatentes para essa recomposição foi o desenvolvimento de atividades econômicas coletivas e solidárias (cooperativas e associações). Para além da incorporação econômica, busca-se através destas organizações a construção de territórios de vida em todas as suas dimensões. Nesse sentido, a federação nacional Economias Sociais do Comun (ECOMUN), visa desenvolver negócios cooperativos e associativos principalmente nos territórios mais afetados pelo conflito armado.

De acordo com a vice-presidente da ECOMUN, Fanny Castellanos:

A ECOMUN, é uma grande cooperativa para reincorporar econômica e socialmente os ex combatentes. Proporcionar a vida digna, a vida coletiva, o trabalho para os coletivos e para as comunidades que vivem perto de nossa organização e que tem sido também vítimas do conflito. Nos possibilita reincorporação, estar próxima do núcleo familiar e vamos poder exercer o desenvolvimento em nosso país desde os territórios, desde os conhecimentos que tivemos ao longo dos 53 anos de conflito (CASTELLANOS, Fanny [Entrevista cedida a] Maria Rosana da Costa Oliveira. Bogotá, fevereiro. 2019).

Para a realização dos projetos produtivos nos territórios utilizaram como base a localização dos 24 Espaços Territoriais de Capacitação e Reincorporação (ETCRs) distribuídos em todo o país (Mapa 1). Estes espaços de acordo com a Agencia para la Reincorporacion y la Normalización (ARN) são territórios onde realizam-se atividades de capacitação e reincorporação com os quais se pretende facilitar as fases iniciais de adaptação dos membros das FARC-EP a vida civil (ARN, 2019).

Mapa 1 – Localização dos Espaços Territoriais de Capacitação e Reincorporação (ETCRs)



Fonte: Agencia para la Reincorporación y La Normalización (ARN). **Org.:** Oliveira, 2019.

A ECOMUN tem como plano estabelecer duas cooperativas em cada ETCR, atualmente conta com mais de 120 formas associativas agrupando mais de 7.000 associados espacializados em todo o país (ECOMUN, 2018). Dentre as atividades realizadas nesses territórios, estão a pecuária, a avicultura, a piscicultura, o cultivo de café e atividades de serviço, como mercados comunitários, turismo e ecoturismo.

A participação das mulheres nas cooperativas e associações é fundamental para o seu fortalecimento social, político e econômico. Historicamente, deixadas à margem do processo produtivo e relegadas a atividade doméstica considerada não econômica, estiveram vulneráveis as várias formas de violência (simbólica, física, sexual, outras).

De acordo com a Comisión Histórica del Conflicto Armado y sus Víctimas en Colombia (2015) o uso da violência sexual contra as mulheres e meninas foi prática habitual, prolongada, sistemática e invisível no conflito armado colombiano. Desse modo, compreende-se que a participação das mulheres nas organizações coletivas é imprescindível, também como símbolo de mudança que vai muito além do regime econômico.

Para construir territórios coletivos e democráticos a ECOMUN se orienta com base nos princípios da economia solidária como modelo alternativo para o sustento da vida coletiva nos territórios. Essa economia se estabelece em nível territorial e comunitário a partir relações de reciprocidade e cooperação.

De acordo com Razeto (1999) a economia solidária guarda semelhanças com a economia camponesa. Em primeiro lugar, porque as relações sociais de produção desenvolvidos nas práticas econômicas solidárias são distintos da forma assalariadas. Destaca-se nessa relação a união entre posse e uso dos meios de produção, a autogestão, o controle produtivo e a paridade de direitos.

Entende-se que a realização de atividades em Economia Solidária nos espaços possíveis do sistema capitalista não é uma tarefa fácil. No processo de construção de cooperativas, associações, bancos comunitários, outros, são encontrados muitos desafios e com a ECOMUN não seria diferente. Dentre os desafios encontrados pelas cooperativas e associações da ECOMUN, estão a concentração de terras e a violência. Contrário ao que foi acordado entre guerrilha e governo em 2016, a ausência de políticas efetivas no processo de distribuição de terras vem limitando e muitas vezes impossibilitando o desenvolvimento dos projetos ligados a ECOMUN, pois ao não terem a titulação da terra, os ex combatentes ficam excluídos do acesso a empréstimos e a serviços que poderiam fomentar os projetos produtivos.

Frente a essa problemática, os coletivos estão arrendando terras de camponeses que possuem lotes próximos aos ETCRS, no entanto, os ex combatentes compreendem que mesmo com essa resolução temporária estão vulneráveis socialmente, economicamente e politicamente. Por isso, em uma das assembleias para construção de mais uma cooperativa, o ex combatente e atual coordenador da implementação do acordo de paz, Pastor Alape, se referiu a questão da terra como uma necessidade de reparação. De acordo com ele:

Vivemos em um estado de constante incerteza. Essa luta para que o governo formalize esses espaços. A outra luta é pela terra. A necessidade de definir a terra, a titulação da terra. Não estamos lutando por terras individuais, mas por terras para projetos produtivos coletivos. Diríamos que isso é fundamental para este processo de paz, de organização solidária. (ALAPE, Pastor [Entrevista cedida a] Maria Rosana da Costa Oliveira. Yondó - Antioquia, março, 2019).

É importante salientar que este não é o único problema que vulnerabiliza os ex combatentes e pode provocar a desterritorialização destes, a violência contra o ex combatentes é realidade no pós-conflito. De acordo com dados obtidos no Instituto de Estudo para o Desenvolvimento e a Paz (INDEPAZ) até 2024 foram assassinados 438 ex combatentes. Os departamentos de Valle do Cauca, Putumayo, Nariño e Antioquia concentram o maior número de mortos. Estes dados coincidem com as pressões exercidas por grupos armados e dissidências das FARC, ELN, paramilitares, outros, que estão presentes nestas zonas.

Em meio a tantos desafios, a ECOMUN busca impulsionar a comercialização do que é produzido no campo e na cidade. As cooperativas são convidadas a participar de eventos nacionais e internacionais para expor os seus projetos e a sua produção. Há pontos comerciais ao longo do país que comercializam as cervejas, o café, o cacau, as botas, outros, produzidos pelos ex combatentes. Além desses comércios físicos, há também a loja virtual denominada ‘De Mano en Mano’ em que são ofertadas as mercadorias de algumas das cooperativas vinculadas a ECOMUN.

Há o interesse dos associados em diversificar as formas de comercializar o que é produzido pelas cooperativas para que elas tenham maior possibilidade de chegar ao consumidor. Os ex combatentes compreendem que é preciso destacar a importância da produção, da comercialização e do consumo, pois cada etapa representa o compromisso coletivo pela paz. Em cada mercadoria, encontramos o histórico da cooperativa que o produziu, os desafios e o quanto representam a sustentabilidade das comunidades nos territórios. Comunidade aqui entendida, como a expressão e o espaço de luta de interesses, articulada em ações coletivas de reciprocidade e de reconhecimento (Medina, 2008).

Nesse sentido, verifica-se a importância da ECOMUN enquanto organização que busca de maneira coletiva, a reterritorialização dos ex combatentes a partir das suas organizações solidárias (cooperativas e associações). Reconhecemos as dificuldades e os desafios encontrados pela ECOMUN, no entanto, ressaltamos a sua relevância para a implementação do acordo de paz nos territórios. Acordo que trouxe a oportunidade de a sociedade colombiana vislumbrar o fim do conflito armado após mais de 50 anos. Há um horizonte a ser construído junto a ECOMUN e os resultados não poderão ser visualizados de forma imediata. Entende-se que o Estado, os movimentos sociais e as universidades visibilizem e reconheçam o seu potencial econômico, social e político.

Conclusões

A alta concentração de terras na Colômbia e a primazia do Estado em apoiar projetos de agropecuária extensiva causam impactos socioambientais de várias magnitudes, como a expulsão de camponeses, permanência de guerrilhas, violência paramilitar, destruição da natureza e o assassinato de líderes sociais, outros. Consequências que expressam o conflito e a tensão permanente no espaço agrário e a centralidade histórica da questão agrária colombiana.

Em meio a essa tensão, vislumbramos experiências e resistências que estão sendo construídas desde abaixo. Destacamos ao longo deste trabalho a importância da ECOMUN, resultante do acordo de paz de 2016, esta organização foi o meio escolhido pelos ex-combatentes para reincorporação coletiva nos distintos territórios do país, principalmente os mais afetados historicamente pelo conflito armado. Desse modo, compreende-se o seu papel para além do fortalecimento econômico, mas também para a reterritorialização através da recomposição dos vínculos territoriais os quais podem garantir a produção e a reprodução camponesa.

As formas associativas (cooperativas, associações, outras) da ECOMUN, baseiam-se nos princípios da Economia Solidária, são eles a cooperação, a democracia, a autogestão, outros. No entanto, em meio a realização dos projetos cooperativos nos ETCRS, as cooperativas e associações vinculadas a ECOMUN enfrentam desafios estruturais, principalmente o acesso a terras e a violência contra os ex combatentes. Mesmo diante de dificuldades, homens e mulheres continuam desde os seus territórios a produzir além da agricultura de subsistência, produtos como cacau, mel, café, bebidas, azeites, cosméticos, vestuário, cultura (literatura, música, outros) e a desenvolver atividades de turismo e ecoturismo. O desenvolvimento das atividades produtivas representa muito mais que a produção simples de mercadorias, mas o resultado concreto do compromisso com a implementação do Acordo de Paz.

Desse modo, compreende-se que os projetos produtivos desenvolvidos pela ECOMUN tanto no campo como na cidade devem ser visibilizados e apoiados pelo Estado, pelos movimentos sociais e pelas universidades visto a sua importância social, econômica e política. Estaríamos visibilizando as colheitas até então invisíveis (Bartra,

2010), amenizando estigmas e fortalecendo a recomposição do tecido social e territorial esgarçados pelo conflito armado.

A opção pelo interesse coletivo e não individual no processo de Acordo de Paz demonstra a capacidade organizativa dos ex combatentes e o interesse em construir pontes com as comunidades que anteriormente estiveram em guerra. O significado do ‘comum’, presente na sigla da organização significa de acordo com Dardot e Laval (2017), a construção de espaços alternativos de liberdade e autonomia ao propor uma outra forma de organização da sociedade baseada na cooperação e no interesse coletivo. Há, portanto, um horizonte de resistência territorial sendo construído coletivamente para a produção e reprodução camponesa.

Referencias

ACNUR - Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados. **Who we help:** internally displaced people: On the run in their own land. 2013. Disponível em: <https://www.unhcr.org/where-we-work/countries/colombia> Acesso em: 9 set. 2020.

ACNUR. **Global Trends Forced Displacement**. 2017. Disponível em: <https://www.unhcr.org/media/unhcr-global-trends-2017> Acesso em: 17 jul. 2019.

ARN - Agencia de Reincorporación y la Normalización. **Espacios Territoriales de Capacitación y Reincorporación (ETCR)**. Bogotá. Disponível em: <https://www.reincorporacion.gov.co/es/reincorporacion/Documents/ETCR-simple-Pagina-WEB-06022019.pdf> Acesso em: 5 ago. 2019.

BARTRA, Armando. **Campesindios**. Aproximaciones a los campesinos de un continente colonizado. Bolivia, CIDES-Universidad Mayor de San Andrés, 2010.

CATATUMBO, Pablo. **De la resistencia campesina 60 años del bombardeo a Marquetalia** - Partido Comunes. Disponível em: <https://partidocomunes.com.co/de-la-resistencia-campesina-60-anos-del-bombardeo-a-marquetalia/> . Acesso em: 25 jul. 2024.

COLÔMBIA. **Acuerdo Final para la Terminación del Conflicto y la Construcción de Una Paz Estable y Duradera**. Bogotá, 24 nov. 2016. Disponível em: https://www.cancilleria.gov.co/sites/default/files/Fotos2016/12.11_1.2016nuevoacuerdo_final.pdf Acesso em: 11 jan. 2019.

COMISIÓN HISTÓRICA DEL CONFLICTO Y SUS VÍCTIMAS. **Contribución al entendimiento del conflicto armado en Colombia**. Colômbia: Centro Nacional de Memória Histórica, 2015.

DANE - Departamento Administrativo Nacional de Estadística. **Uso, cobertura y tenencia del suelo:** 3er censo nacional agropecuario 2014. Disponível em: <https://www.dane.gov.co/files/CensoAgropecuario/entrega-definitiva/Boletin-1-Usodel-suelo/1-Boletin.pdf> Acesso em: 15 jun. 2018.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **Comum:** ensaio sobre a revolução no século XXI. São Paulo, Boitempo, 2017.

ECOMUN. **Economías Sociales del Común** – ECOMUN. Disponível em: <https://ecomun.com.co/> Acesso em: 25 ago. 2018.

FAJARDO, Darío. Estudio sobre los orígenes del conflicto social armado, razones para su persistencia y sus efectos más profundos en la sociedad colombiana. *In:* COMISIÓN HISTÓRICA DEL CONFLICTO Y SUS VÍCTIMAS. **Contribución al entendimiento del conflicto armado en Colombia**. Colômbia: Centro Nacional de Memória Histórica, 2015.

FAJARDO, Darío; SALGADO, Henry. **El Acuerdo Agrario**. Bogotá: Ediciones Aurora, 2017.

FAJARDO, M. D. **Territorios de la agricultura colombiana**. Bogotá: Universidad Externado de Colombia, 2009.

FALS BORDA, Orlando. **Historia de la cuestión agraria en Colombia**. Bogotá: Carlos Valencia, 1981.

GUATTARI, Félix; RONILK, Suely. **Micropolítica:** cartografias do desejo. 10. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização:** do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

INDEPAZ - Instituto de Estudios para el Desarrollo y la Paz. **Observatorio de Derechos Humanos y conflictividades**. Disponível em: <https://indepaz.org.co/observatorio-de-derechos-humanos-y-conflictividades/> Acesso em: 7 abr. 2024.

MEDINA, Patricia (coord.). **Educación intercultural en América Latina**. Memorias, horizontes históricos y disyuntivas políticas, upn/Plaza y Valdés/Conacyt, México, 2008.

MOLANO, Alfredo Bravo. **Trochas y fusiles**. Bogotá: El Áncora, 1994.

OLIVEIRA, M. R. C. **Embrapa e a pesquisa técnico-científica no perímetro irrigado Jaguaribe-Apodi/CE**. 123 f. 2012. Dissertação (mestrado em Geografia) - Centro de Ciências, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.

OSPINA, Hernando Calvo. **O Terrorismo de Estado na Colômbia**. Florianópolis: Editora Insular, 2010.

OXFAM. **Radiografía de la desigualdad**. Lo que nos dice el último Censo Agropecuario sobre la distribución de la tierra en Colombia. 2017. Nairobi: OXFAM Internacional. Disponível em: <https://www.oxfam.org/es/informes/radiografia-de-la-desigualdad> Acesso em: 10 jul. 2019.

RAZETO, L. Economia de solidariedade e organização popular. *In*: GADOTTI, M; GUTIERREZ F. (org.). **Educación comunitária e economía popular**. São Paulo: Cortez, 1999.

ROJAS, H.; CAMACHO, Á. **Ideología y realidad del Frente Nacional**. Punta de lanza. Colombia, 1974.

| |
|-------------------------|
| Recebido em 15/08/2025. |
|-------------------------|

| |
|---------------------------------------|
| Aceito para publicação em 20/10/2025. |
|---------------------------------------|